

Maria Olívia de Quadros SARAIVA (UFMG e UNISETE)  
Gabriele Cristine CARVALHO (UFMG)  
Carolina Ribeiro DINIZ (UFMG)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta uma análise dos topônimos indígenas das ruas do Centro de Belo Horizonte. A toponímia original da cidade buscou homenagear personalidades da história; cidades, estados e rios brasileiros; datas históricas e tribos indígenas. Não obstante, muitos dos moradores da cidade já não reconhecem os nomes das ruas como etnotopônimos; o topônimo ganha, portanto, uma ressignificação. A análise englobará a motivação toponímica para a designação desses topônimos; a classificação taxionômica baseada em Dick (1990); e, partindo do pressuposto de que o léxico está relacionado com a cultura, verificar-se-á como os topônimos relacionam-se com o universo indígena.

**ABSTRACT:** This paper analyses the indigenous toponyms in street names in the Belo Horizonte downtown area. The initial toponymy of the city aimed at paying homage to historical figures, Brazilian cities, states, and rivers, historical dates, and Brazilian indigenous nations. Nevertheless, many inhabitants of the city no longer recognize the streets names as ethnotoponym; toponyms then acquired a new signification. The analysis presented here comprises the toponymic motivation that engendered the toponyms; a taxonomy based on Dick (1990); and an examination of whether the toponyms are connected with the cultural universe of the indigenous Brazilian peoples.

## 1. Introdução

Os estudos sobre o léxico tornam-se cada vez mais importantes atualmente. Um de seus campos de estudo é a Onomástica, que consiste no estudo do nome próprio. Essa disciplina se divide em duas partes: a Toponímia, que é o estudo dos nomes de lugares e a Antroponímia, que é o estudo dos nomes das pessoas (DICK, 1990: 16).

O objetivo do nosso trabalho é fazer uma análise dos topônimos indígenas das ruas do Centro de Belo Horizonte, sendo que, para isso, mostraremos a motivação toponímica para a designação desses nomes e faremos também uma classificação taxionômica baseada no trabalho de Dick (1990). Partindo do pressuposto de que o léxico (e conseqüentemente, os topônimos) está relacionado com a cultura, observaremos se os topônimos se relacionam com o universo indígena.

## 2. Pressupostos teóricos

O signo lingüístico é arbitrário, contudo os topônimos, apesar de serem palavras da língua, são signos lingüísticos motivados. Segundo Dick (1990:18):

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.

Podemos observar essa motivação, por exemplo, quando o nome do acidente geográfico possui um termo que faz referência à sua “cor, forma, tamanho, constituição natural, enfim, o que ocorre em rio Grande, rio Pequeno, ribeirão Preto (...) entre tantos outros semelhantes” (DICK, 1990: 19).

<sup>1</sup> Artigo oriundo de trabalho final apresentado à disciplina de pós-graduação em Estudos Lingüísticos: *Seminário de Tópico Variável em Variação e Mudança Lingüística: Fundamentos da Toponímia*, oferecida pela Professora Dra. Maria Vicentina Dick, 1º semestre de 2006, FALE / UFMG.

<sup>2</sup> oliviasaraiva@hotmail.com; bibasic2@yahoo.com; carolrib@terra.com.br.

É possível estudar os topônimos de acordo com suas características externas ou semânticas (motivações toponímicas) e internas (filiação lingüística) (DICK, 1990: 17). A motivação toponímica ocorre no momento da designação do topônimo, por isso, com o passar do tempo, a significação que era transparente torna-se opaca em virtude do distanciamento dos condicionantes tempo-espaciais desses topônimos. É importante ressaltar que, mesmo em face ao desaparecimento das causas motivadoras, ocorre a manutenção do designativo, por isso o topônimo é conhecido como fóssil lingüístico (DICK, 1990: 20). O fato que se relaciona às características internas da toponímia remete à formação étnico-histórica do Brasil, pois os três principais grupos étnicos brasileiros (indígena, africano e português) deixaram sua influência nos nomes dos lugares. Como observa Dick (1990:81) “essa origem heterogênea [do Brasil] deixou reflexos diferenciados na língua, nos usos e costumes, nas tradições regionais e, conseqüentemente, na toponímia do país”.

Dick (1990) propõe 27 taxionomias para os designativos geográficos, sendo que essas podem ser divididas em dois grandes grupos: taxionomias de natureza física e taxionomias de natureza antro-po-cultural. Como neste trabalho estudaremos os topônimos indígenas das ruas do Centro de Belo Horizonte, pode-se dizer que estudaremos topônimos do tipo antro-po-culturais. A escolha justifica-se, pois o elemento indígena, como mencionamos, ajudou a formar os designativos geográficos do Brasil. Podemos comprovar essa afirmação com os estudos que Dick (2006) realizou em Minas Gerais, nesse trabalho, com os estudos da Mesorregião Central, a autora observou que:

Ao todo, são sessenta e sete (67) microrregiões incorporadas em dez (10) mesorregiões. Das 67 microrregiões nomeadas, dezessete (17) trazem nomes indígenas (tupis ou de outras procedências) e quatro (4) apresentam uma composição híbrida, P + I (termo português + termo indígena), seja por meio de lexias autônomas (Santa Rita do Sapucaí) ou pelo acréscimo de índice de plural à lexia indígena (Aimorés, Guanhões, Cataguases), o que não desnatura, neste caso, a procedência original, apenas particulariza o uso e a causa motivadora. As restantes são de origem portuguesa.

A partir de estudos como o de Dick, podemos observar, que os indígenas contribuíram de forma significativa para a nomeação dos topônimos em Minas Gerais.<sup>3</sup>

### **3. Belo Horizonte: História e Toponímia**

Desde a inconfidência — movimento de elites culturais e econômicas contra o domínio português, no século XVIII — era latente em Minas o desejo de mudar a localização da capital. A proclamação da república, no final do século XVI, gerou um clima propício para a concretização do sonho de mudança. Vila Rica, a então capital, não oferecia condições adequadas para o crescimento econômico esperado. Os transportes e as comunicações eram dificultados pelo relevo acidentado da cidade e as estruturas de saneamento e higiene não comportavam mais um aumento da população. Além disso, Vila Rica (atual Ouro Preto) era símbolo de um período de exploração e imperialismo: as ruelas, os becos, igrejas barrocas e casas, porões e senzalas representavam um passado colonial que os republicanos queriam enterrar.

Em 1891, o presidente do Estado, Augusto de Lima, formulou um decreto determinando a transferência da capital para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene. O Congresso Mineiro, com o aval do Governo Estadual, escolheu entre cinco localidades: Barbacena, Paraúna, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral Del Rey, sendo este último considerado como o mais apropriado. Vários foram os motivos que levaram à escolha: qualidades climáticas e topográficas, localização geográfica, belas paisagens e terra boa para a agricultura. O modesto arraial<sup>4</sup> acabou se desenvolvendo e se tornando um importante centro de abastecimento e produção. Além disso, cumpriu a destinação inicial para a qual foi criado: a de abrigar o governo, as escolas e as universidades do estado — ficando por isso conhecido como “cidade de estudantes e funcionários públicos” (GOMES, 1992:11).

O prazo máximo para a inauguração da cidade era de quatro anos. A lei nº 3 (de 17 de dezembro de 1893), assinada pelo então presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, determinava que a nova sede do governo se chamasse “Cidade de Minas”. “A lei criava ainda a Comissão Construtora, composta de técnicos

---

<sup>3</sup> É importante considerar que muitos topônimos indígenas foram substituídos por topônimos portugueses. O irmão e representante do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na medida em que subia o rio Amazonas, em 1758, substituiu os topônimos indígenas por outros de origem portuguesa (DICK, 1990: 93).

<sup>4</sup> Este arraial teve como primeiro habitante o bandeirante João Leite Ortiz.

responsáveis pelo planejamento e execução das obras. Em sua formação, estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do país, chefiados por Aarão Reis” (PBH, 2006).

O engenheiro paraense Aarão Reis, influenciado pelos ideais positivistas da época, criou uma cidade planejada nos moldes de Paris e Washington. Sendo assim, a cidade foi planejada dentro do rigor do positivismo e teve seu traçado geométrico imposto à topografia natural. No princípio, possuía uma configuração urbanística própria, na qual se podia perceber uma harmonia evidente entre o traçado das ruas largas e arborizadas, a arquitetura das edificações e o ambiente natural rodeado por montanhas. Havia, sobretudo, preocupações básicas como as condições de higiene e circulação humana. Dividiram a cidade em três principais zonas: a área central urbana, a área suburbana e a área rural. No centro, o traçado geométrico e regular estabelecia um padrão de ruas retas, formando uma espécie de quadriculado e as avenidas, mais largas, seriam dispostas em sentido diagonal. Esta área receberia toda a estrutura urbana de transportes, educação, saneamento e assistência médica. Abrigaria, também, os edifícios públicos dos funcionários estaduais. Ali também deveriam se instalar os estabelecimentos comerciais. A região suburbana, formada por ruas irregulares, deveria ser ocupada mais tarde e não recebeu de imediato a infra-estrutura urbana. A área rural seria composta por cinco colônias agrícolas com inúmeras chácaras e funcionaria como "um cinturão verde, abastecendo a cidade com produtos hortigranjeiros” (PBH, 2006).

Para cumprir o prazo exigido, a “Cidade de Minas” foi inaugurada, às pressas, em 12 de dezembro de 1897. O povoamento ocorreu através de incentivos do governo concedendo lotes gratuitos e ajudando na construção de residências. Em 1906, a “Cidade de Minas” recebeu o nome de “Belo Horizonte”. Nessa época, foi expressiva a expansão industrial que fomentou o comércio e a prestação de serviços. No decorrer do século XX, a cidade se desenvolveu mais do que o esperado, excedendo os limites planejados da Avenida do Contorno que naquela época se chamava Dezesete de Dezembro. Portanto, passados poucos anos de inaugurada, sua expansão foi tão grande que ultrapassou os limites de seu perímetro urbano original, crescendo horizontal e verticalmente. Este crescimento acarretou algumas descaracterizações como, por exemplo, as vias públicas deixaram de ser alamedas arborizadas, a arquitetura que permitia construções de no máximo três andares teve seu padrão alterado e a Serra do Curral, antes a marca registrada da cidade, teve seu perfil desconfigurado. Segundo Gomes (1992) as desconfigurações culturais foram as mais importantes, principalmente as relacionadas ao patrimônio histórico do município.

a população em geral, independente de classe social e localização geográfica, tende a desconhecer aspectos importantes da toponímia das vias e logradouros públicos. Não se sabe quem foi o cidadão X que dá nome a rua X. Não se sabe quando passou a existir a avenida Y, os nomes que ela tinha anteriormente e quem é Y. A mais elementar pesquisa comprova uma total ignorância desse aspecto de nossa vida diária, mais do que parece à primeira vista. (GOMES, 1992:12)

A pesquisa de leis, decretos, resoluções, portarias etc., que dão ou mudam nomes de vias públicas em Belo Horizonte, mostram alguns fatos interessantes, sendo que o mais importante se refere à Avenida do Contorno. Esta se chamava Avenida Dezesete de Dezembro na planta original e, por contornar a zona urbana da cidade, teve seu nome alterado, evidenciando um caso em que o nome popular se transformou em oficial sem necessidade de legislação, uma vez que não foram encontrados documentos que legalizassem esta mudança. O nome da Praça Sete de Setembro — antiga Doze de Outubro — também teve seu nome informalmente mudado a partir das comemorações do centenário da Independência, em 1922, quando nela se instalou o obelisco, apelidado pelo povo de “Pirulito”.

A toponímia original, dada pelo engenheiro Aarão Reis, tinha sua lógica interna, o que fazia da antiga planta da cidade uma verdadeira aula de geografia e história do Brasil. Ao apresentar as plantas da cidade ao governo, no ofício n.26 de 23 de março de 1895, Aarão Reis escreveu: “Vam denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União, e bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo”. A partir da Avenida Dezesete de Dezembro, na direção norte-sul, estavam nomes de tribos indígenas — que interessam especialmente ao nosso estudo — nomes de poetas, de inconfidentes mineiros e outras personalidades da História. Nomes dos estados brasileiros e de cidades mineiras se encontram na direção leste-oeste. Datas históricas do Brasil, de Minas e da cidade davam nome às praças e grandes rios brasileiros e personagens históricos emprestavam seus nomes às avenidas. Caso uma rua fosse receber o nome de um estado que era o mesmo de um rio, como Paraná ou Amazonas, ela deveria, então, receber o nome da capital desse estado — Curitiba e Manaus — para não duplicar o nome do rio.

A toponímia de Belo Horizonte não foi respeitada por seus habitantes desde o início de sua existência. Para tentar mudar este quadro, em 1919, o então prefeito Antonio Vaz de Mello restabelece, pela lei número 183 de 13 de outubro desse ano, os nomes das ruas, avenidas e praças da cidade de acordo com a planta original. A única exceção seria que a antiga Avenida da Liberdade continuaria a se chamar João Pinheiro. O “Complexo da Liberdade” não compreendia apenas uma questão de nomes, mas, principalmente, de ideologia.

Partindo da ‘Praça da República’, atual Afonso Arinos, uma ‘Avenida da Liberdade’, atual João Pinheiro, levava à Praça da Liberdade, onde se situava o ‘Palácio da Liberdade’. Nos fundos deste se iniciava a ‘Rua da Liberdade’, atual Levindo Lopes. A mensagem era clara. Só da república nascia a liberdade; e mais, esta nunca vinha em excesso. Avenida, praça, palácio e rua, uma pletora de ‘da Liberdade’, indicando a sede que a nova república tinha de ser livre. (GOMES, 1992:13)

Não obstante, avenida e rua “da Liberdade” perderam seus nomes e estes foram substituídos por nomes de personagens ilustres da vida política da cidade. Outras ruas também passaram a homenagear comerciantes, associações e interesses diversos. As sessenta e seis ruas da zona urbana receberam nomes de estados, cidades, rios, montanhas, tribos indígenas, pessoas ilustres e outros, conforme apontado anteriormente. Os nomes de tribos indígenas acompanhados pelos de pessoas ilustres da história mineira predominam nas trinta e quatro ruas traçadas na direção aproximada de leste-oeste.

A nomenclatura teve início com a rua Fernandes Tourinho, a qual seguiram-se, paralelamente, as ruas Antônio de Albuquerque, Nunes Vieira, Tomé de Souza, Felipe dos Santos, Borba Gato, dos Inconfidentes, dos Emboabas, Santa Rita Durão, Tomas Gonzaga, Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, Gonçalves Dias, Bernardo Guimarães, dos Aimorés, dos Timbiras, do Jequitinhonha, dos Guajajaras. A partir desta última, as ruas eram interrompidas pelo Parque Municipal e, assim, seguiram-se na mesma direção, de um lado, a rua dos Goitacases, dos Tupis, dos Tamoios, dos Carijós, dos Tupinambás, dos Tabaiaras, dos Caetés, dos Tapuias, dos Guaicurus, Silva Jardim e do Itambé e, do outro lado, as ruas Padre Rolim, dos Otoni, Padre Marinho, Álvares Maciel e Domingos Vieira. (Gomes, 1992:20)

Como se pode perceber acima, os nomes destas ruas eram precedidos pelas partículas: de, da, das, do ou dos, com exceção para nomes de pessoas e datas comemorativas. Porém, ocorreu uma alteração da nomenclatura que atingiu quase todos os nomes de ruas, praças e avenidas da cidade e eliminaram-se estas partículas que passaram a sobreviver em apenas alguns casos raros. Todas as mudanças apontadas na toponímia de Belo Horizonte refletem um jogo de interesses do poder político, pois “cada época tem seus nomes dados de acordo com os interesses envolvidos” (GOMES, 1992:14).

#### 4. Metodologia

Apresentamos a seguir uma tabela com estudo dos topônimos indígenas das ruas do Centro de Belo Horizonte. Para facilitar a visualização, os topônimos foram colocados na ordem alfabética. Na primeira coluna, encontram-se os topônimos e as variantes ortográficas; na segunda, a informação relativa à taxionomia; na terceira coluna, apresentamos a motivação para designação do topônimo, para tanto, tomamos como fonte Gomes (1992); finalmente, na quarta coluna, acrescentamos as indicações relativas a dados históricos, etimologia e, quando for o caso, algumas observações.

Para nossa análise, foram adotados os seguintes critérios:

- Uso de parênteses para indicar formas ortográficas variantes, ou seja, as formas diferentes encontradas para o mesmo topônimo.
- Em relação à etimologia, quando ocorrem diferentes explicações para um mesmo topônimo, restringimo-nos a usar no máximo quatro com o comentário “etimologia controversa”, fazendo remissão à fonte. Tomamos como referência os dicionaristas José Pedro Machado, Nascentes e, quando encontramos informações relevantes em Gomes (1992), também o utilizamos.
- Uso do ponto de interrogação quando não encontramos, nas fontes analisadas, um termo exato que indicasse a taxionomia, o mesmo recurso foi usado para a ausência de informações sobre a motivação.
- Uso de itálico para indicar a forma indígena e o uso de aspas para delimitar a sua definição.

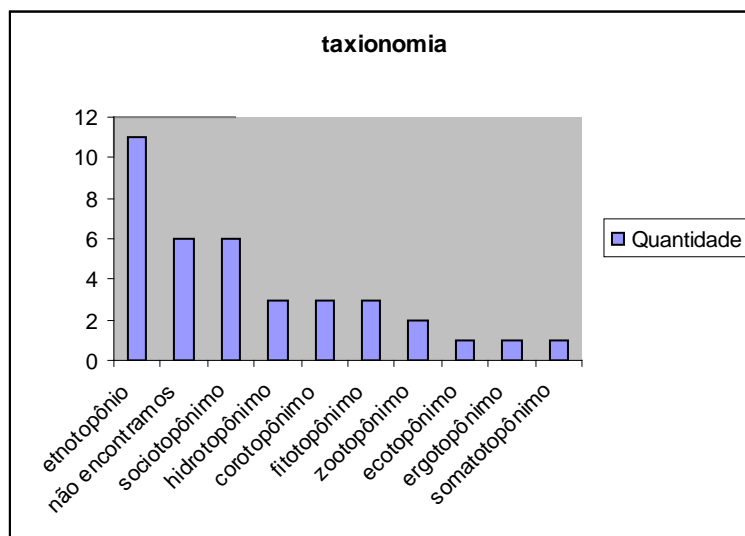
- Informações genéricas como “topônimo do Brasil” e “índios do Brasil” foram destacados na última coluna.
- Para alguns topônimos há dois tipos de classificação taxionômica, uma que se refere ao nome comum e a outra ao nome próprio. Por isso, haverá casos em que aparece a classificação “não encontramos” para nome comum (origem etimológica) e outra classificação, por exemplo, “etnotopônimo”, que se refere ao nome próprio.

<b>Topônimo</b>	<b>Taxionomia</b>	<b>Motivação</b>	<b>Dados históricos, etimologia e observações:</b>
Caetés	somatopônimo ou fitotopônimo e etnotopônimo	Homenagem ao nome da tribo indígena do Brasil colônia que habitava o litoral dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas.	Silvícolas brasileiros. Cf. Machado, parece não ter relação com Caeté, top. no Brasil (MG). Cf. Nascentes, cidade de Minas Gerais. Do tupi, <i>ka'a</i> “mata” e <i>e'te</i> “verdadeira”. Tribo indígena. Como nome de tribo, Caetano ( <i>Notas a Fernão Cardin</i> ) reporta-se a <i>ka'i</i> , “envergonhado” ou “corrido”, <i>a ka'i</i> , “queimado”, e mesmo a <i>a'ka-t</i> , “cabeça torta”, “cabeça virada”. Como era um gentio muito feroz, ainda pode ser <i>a'ka-e'te</i> ou <i>a'ka-a'tã</i> , “cabeça dura”. Etimologia controversa (ver Nascentes p.56).
Carandaí	fitotopônimo	Homenagem ao Rio Carandaí, localizado nas zonas dos Campos das Vertentes, Minas Gerais.	Topônimo no Brasil, cidade de Minas Gerais. Cf. Nascentes, do tupi, <i>karanda'i</i> , “carandazinho”, naturalmente pela abundância dessa palmeira na região.
Carijós	não encontramos e etnotopônimo	Homenagem à tribo indígena homônima, que habitava o sul do Brasil, principalmente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	Tribo indígena do Brasil. Cf. Nascentes, do tupi, <i>karai-yo</i> , descendente de branco; cf. Caetano, descendente de anciãos (1ª referência, carta de Anchieta, 1559).
Goitacazes (Goitacases)	sociotopônimo e etnotopônimo	Homenagem à tribo dos índios Goitacazes, grupo étnico que habitava o litoral do Espírito Santo indo até o vale da Paraíba.	Índios do Brasil. Cf. Machado, Top. no Brasil, Espírito Santo. Cf. Sampaio ( <i>apud</i> Machado e <i>apud</i> Nascentes), <i>Gwai ata'ka</i> , “o indivíduo corredor”, “veloz”, “nômade”, provavelmente de origem tupi, mas controversa (ver Nascentes p.127).
Guaicurus	sociotopônimo e etnotopônimo	Homenagem aos Guaicurus, povo indígena localizado no vale do Rio Paraguai.	Índios do Mato Grosso. Cf. Sampaio ( <i>apud</i> Machado), do Tupi <i>wai ku'ru</i> , “indivíduo sarnento”. Cf. Nascentes, citando Egli, diz que o nome dado pelos tupis, significa “corredor rápido”.
Guajajaras	zootopônimo, sociotopônimo e etnotopônimo	Homenagem ao grupo indígena do grupo tupi guarani que se localiza atualmente às margens do rio Grajaú, Pindaré e Mearim, no Maranhão.	Índios brasileiros do estado do Maranhão. Cf. José Pedro Machado e Nascentes, do tupi <i>wai'ayara</i> “senhor do caranguejo”, “destro na pesca do caranguejo”.
Guaranis	sociotopônimo (?) e etnotopônimo	Homenagem a uma das mais importantes tribos indígenas sul-americanas. Os guaranis se localizavam nas regiões Sul e Centro-oeste do Brasil e na Argentina, Uruguai e	Índios da América do Sul. Cf. José Pedro Machado, origem obscura. Cf. Nascentes, citando Caetano, deriva do verbo <i>guarani guarini</i> “guerrear”. Origem obscura (ver Nascentes p.131).

		Paraguai, principalmente na Bacia do Prata.	
Oiapoque (Oiapoc)	não encontramos	Homenagem ao rio do estado do Amapá.	Topônimo no Brasil, rio entre o Brasil e a Guiana Francesa. Cf. Nascentes, de duvidosa origem indígena, citando Martius, de <i>ojab</i> , “abrir-se por si”, e <i>poc</i> , “rebentar”. Etimologia controversa (ver Nascentes p.222).
Ourissanga (Ouriçanga)	hidrotopônimo	Não encontramos.	Topônimo no Brasil, ribeirão no estado de São Paulo, pequeno município na Bahia. Cf. Sampaio ( <i>apud</i> Gomes), do tupi, corruptela de <i>y-roiçanga</i> , que significa “água fria” ou “frieza” ou “frescura da água”.
Paracatu	zootopônimo e corotopônimo	Homenagem à cidade mineira de Paracatu.	Topônimo no Brasil, cidade de Minas Gerais. Cf. Gomes, o nome “Paracatu” é objeto de divergências entre os estudiosos. Mais provável é que a razão esteja com Afonso Arinos, que o considera uma deturpação de “piracatu”, “peixe bom” na língua indígena. Cf. José Pedro Machado, do tupi <i>pi’ra</i> , “peixe” <i>ka’tu</i> “bom”. Cf. Nascentes, do tupi <i>pi’ra</i> , “peixe” <i>ka’tu</i> “bom”. Com efeito, a palavra é <i>piracatu</i> , “peixe bom”. <i>Paracatu</i> se derivará de <i>pa’ra</i> , “mar, grande massa d’água, rio considerável”; <i>Piracatu</i> vem de <i>pi’ra</i> “peixe”.
Paraíba	hidrotopônimo e corotopônimo	Homenagem ao estado da Paraíba, localizado na Região Nordeste do Brasil.	Topônimo no Brasil, estado, rio do estado da Paraíba, rio do estado do Rio de Janeiro. Cf. Gomes, o nome Paraíba vem do tupi, “Para” (rio) “iba” (ruim). Cf. José Pedro Machado e Nascentes, do tupi <i>pará-ayba</i> “rio ruim”, “impraticável”. Etimologia controversa (ver Nascentes p.233)
(Tabaiaras) Tabajaras	sociotopônimo (?) ecotopônimo (?) e etnotopônimo	Homenagem à tribo dos tabajaras, pertencente ao grupo tupi, que habitava a região entre os rios Paraíba do Norte e São Francisco, na Capitania de Pernambuco.	Índios do nordeste. Cf. Gomes, corruptela do nome correto que deveria ser tabajaras. Os tabajaras foram extintos durante os primeiros séculos da colonização apesar de terem ajudado os portugueses em suas lutas contra os caetés. Cf. José Pedro Machado e Nascentes, do tupi, <i>taba</i> , “aldeia”, e <i>yara</i> , “senhor”: “dono das aldeias”. Gabriel Soares diz que significa “habitantes das aldeias”, nome comum aos índios que viviam aldeados.
Tamoios	não encontramos e etnotopônimo	Homenagem à tribo dos tamoios, grupo indígena pertencente ao grupo tupi, que habitava o litoral do Rio de Janeiro.	Indígenas do antigo Rio de Janeiro. Cf. José Pedro Machado e Nascentes, do tupi <i>ta’miü</i> , em guarani <i>ta’mõi</i> “avô”.
Tapuias	não encontramos	Homenagem ao nome que os tupinambás designavam seus adversários de fala não tupi.	Indígenas do leste do Brasil e da região central da América do Sul. Cf. José Pedro Machado, de origem tupi, mas de etimologia mal explicada. Cf. Nascentes, de origem tupi, mas mal explicada, o que se sabe ao certo é que da

			denominação se serviam, como alcunha injuriosa, tanto os nossos tupinambás, como os guaranis do Paraguai. Quanto à significação, variam as explicações. Para uns, é “bárbaro”, “selvagem”. Para outros, “contrário”, “inimigo”; “escravo”; “habitador do oeste”.
Timbiras	sociotopônimo (?) e etnotopônimo	Homenagem ao grupo indígena brasileiro formado pelas tribos dos apinajés, gaviões, kraôs, rancos, kanekras, kreiés, krikritis xacramekras. Sua língua é da família jê. Os remanescentes ainda existentes e se localizam no norte de Goiás, leste do Pará e oeste do Maranhão.	Índios do Maranhão (Brasil). Cf. José Pedro Machado e Nascentes, do tupi <i>timbu'ra</i> “amarrado”, “escravizado”.
Tupinambás	não encontramos e etnotopônimo	Homenagem aos tupinambás, grupo indígena de origem tupi, que vivia no litoral do Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Maranhão.	Nome de índios do Brasil. Cf. José Pedro Machado, controversa origem tupi. Cf. Nascentes, do tupi. Caetano ( <i>apud</i> Nascentes) apresenta quatro hipóteses, <i>t-übü-ri mbae</i> , “os que estão firmes na terra, os esforçados da terra”, <i>t-übü-ri ambára</i> , “os que estão firmes na terra, os valentes da terra”, <i>tubüb-abá</i> “gente do chefe dos pais”, <i>tubüpi-yarabaé</i> ou <i>tubüpi-ang bae</i> , “os descendentes dos primeiros pais” ou “do primeiro pai”.
Tupis	não encontramos e etnotopônimo	Homenagem à tribo tupi, grupo indígena que habitava quase todo o litoral brasileiro, na época do descobrimento.	Índios do Brasil. Cf. José Pedro Machado, duvidosa origem. Cf. Nascentes, de muito duvidosa origem e significação. Montoya ( <i>apud</i> Nascentes) explicou como “tios”. Segundo Simão de Vasconcelos ( <i>apud</i> Nascentes), deriva do nome de um chefe que governava todos estes índios no tempo de sua união. Etimologia bastante controversa (ver Nascentes, p.305).
Ubá	fitotopônimo ou ergotopônimo	Não encontramos, mas provavelmente se trata de uma homenagem à cidade.	Topônimo no Brasil, cidade de Minas Gerais. Cf. Nascentes, do tupi, <i>ü'ba</i> , “o que se colhe da árvore”, podendo interpretar-se como “o fruto” ou “a canoa feita com cascas de árvores”.
Uberaba	hidrotopônimo e corotopônimo	Homenagem à cidade de Uberaba, situada no Triângulo Mineiro.	Topônimo no Brasil, lagoa do Mato Grosso, cidade de Minas Gerais. Cf. Gomes, a palavra uberaba tem seu significado discutido pelos especialistas, sem que se chegue a um acordo. Fernandes ( <i>apud</i> Gomes) acha que é “água brilhante”, de <i>U</i> , “água” e <i>Verava</i> , “resplandescente”. Cf. Nascentes ( <i>apud</i> Machado) do tupi, <i>ü</i> “água” <i>be' raba</i> “brilhante”, “cristalina”.

## 5. Análise



Com base no gráfico apresentado anteriormente, podemos observar que não conseguimos encontrar taxionomia para seis topônimos. Dos topônimos classificados, seis são sociotopônimos, três hidrotopônimos, três corotopônimos, três fitotopônimos, dois zootopônimos, um ecotopônimo, um ergotopônimo, um somatotopônimo e onze etnotopônimos.

Não encontramos uma classificação precisa para determinados topônimos, são eles *Carijós* “descendente de branco”; *Tapuias* que pode ser “bárbaro”, “selvagem”, “contrário”, “inimigo”, “escravo” e “habitador do oeste”; *Oiapoque*, *ojab*, “abrir-se por si”, e *poc*, “rebentar”; *Tamoios* cujo significado é “avô”; *Tupinambás* e *Tupis* com etimologia muito controversa.

Alguns topônimos foram classificados com mais de uma taxionomia, como é o caso de *Caetés*, classificado como somatotopônimo por significar “cabeça dura”, e fitotopônimo, porque pode ser entendido como “mata verdadeira” e como etnotopônimo por se referir a uma tribo indígena. O mesmo ocorre com o topônimo *Paracatu* que foi classificado como zootopônimo por significar “peixe bom” e como corotopônimo, uma vez que foi usado para fazer homenagem à cidade de Paracatu. *Paraíba* por significar “rio ruim” foi classificado como hidrotopônimo, mas também faz homenagem ao estado, portanto pode ser entendido como corotopônimo. Já *Ubá* foi classificado como fitotopônimo, porque pode significar “fruto”, mas como encontramos outra etimologia que explica a palavra como “canoa feita com casca de árvore”, podemos classificá-lo como ecotopônimo.

A ocorrência de fitotopônimos, hidrotopônimos e zootopônimos está relacionada à cultura indígena, uma vez que os indígenas estão em íntimo contato com a natureza. Além disso, como mostra Dick (1990: 123), “... é nos dados naturais ou físicos [de origem tupi], principalmente, que essa toponímia encontra uma definição mais relevante, pela importância dos fatores geográficos envolvidos no próprio processo de ocupação do solo, e onde avultam, para nós, aqueles de origem hidrográfica”.

É importante ressaltar que tivemos muitas dúvidas em relação à classificação taxionômica. A princípio, definimos a taxionomia com base nas informações etimológicas do nome comum e não do nome próprio, por exemplo, o topônimo *Paraíba* foi classificado, primeiramente, como hidrotopônimo, levando em consideração o nome comum, que quer dizer “rio ruim”. Entretanto, uma vez que a motivação era homenagear o nome dessa cidade, também o classificamos como corotopônimo. O mesmo ocorreu com os topônimos que se referem a tribos indígenas, por exemplo, classificamos, o topônimo *Goitacazes* como sociotopônimo, porque pode ser entendido como “indivíduo corredor” ou “nômade”, mas, como se refere a uma tribo indígena, atribuímos também a classificação etnotopônimo.

Tendo em vista que a cidade de Belo Horizonte foi uma cidade planejada, é importante lembrar que o traçado de sua área central foi concebido também de forma planejada e, sendo assim, a motivação não se deu de forma espontânea. Sabemos que a intenção dos responsáveis pelo planejamento das ruas da capital era homenagear as cidades, tribos indígenas, estados, rios e personalidades. Em face ao desaparecimento da motivação inicial, verificamos que devido ao distanciamento dos condicionantes tempo-espaciais, que influenciaram na designação do topônimo, muitos dos moradores da cidade já não reconhecem como etnotopônimos as ruas que se referem às tribos de índios. Prova disso é o fato de as pessoas, ao utilizarem os



nomes das ruas, excluírem a preposição “de”, que compõe o genitivo, para indicar a posse; por exemplo, em vez de “rua dos Tupis” utilizam “rua Tupis”.

## 6. Conclusão

Com base na análise dos topônimos indígenas das ruas do Centro de Belo Horizonte, podemos fazer as seguintes considerações: a partir da classificação taxionômica, fizemos dois tipos básicos de classificação, a primeira relacionada ao nome comum e a segunda ao nome próprio. Em relação ao nome comum, encontramos fitotopônimos, somatotopônimos, zootopônimos, sociotopônimos, hidrotopônimos, ergotopônimos e ecotopônimos; em relação ao nome próprio, etnotopônimos e corotopônimos. A ocorrência de fitotopônimos, hidrotopônimos e zootopônimos foi justificada porque remete à cultura indígena. Gostaríamos de destacar que o enquadramento das palavras na sua respectiva classe taxionômica, por vezes, é muito difícil, especialmente quando ocorrem etimologias controversas. Uma consideração importante é lembrar que, como afirma Dick (1990), os topônimos são fósseis da língua, ou seja, mantêm-se os designativos, mas desaparecem as causas motivadoras. Por essa razão, muitos dos moradores da cidade já não reconhecem como etnotopônimos as ruas que se referem às tribos de índios, ou seja, a informação transmitida já não é a da origem, o topônimo ganha uma ressignificação.

## 7. Referências bibliográficas

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: USP. 1990.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura. Museu Abílio Barreto. 1992.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.

MACHADO, Jose Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte: Confluência, [1984?] 3 v.

SEABRA, M. C. T. C. (org.). *Estudo do léxico*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

<http://www.belotur.com.br> acesso em 28 Jun. 2006

<http://www.pbh.gov.br> acesso em 28 Jun. 2006